

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA
Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
EMPRESA**

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 15.980/2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 242/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA e PREVENTIVA com UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, TECNICAMENTE QUALIFICADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES, REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (OS VALORES DE PEÇAS SERÃO RESSARCIDOS DE ACORDO COM SUA UTILIZAÇÃO E DENTRO DO LIMITE APROVADO), conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1							
...							
						TOTAL XXX : R\$ XXXXX	

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de (mês) meses , com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, *caput*, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As Despesas decorrentes dos serviços contratados correrão por conta do elemento de despesa, programas de trabalhos e fonte de recurso abaixo especificados:

4.1.1 - Elemento de despesa = 33.90.39.37 e 33.90.30.18;

4.1.2 - Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

- Hospital Municipal Raul Sertã = 30001.10.302.0085.2.202;
- Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro = 30001.10.302.0085.2.203;
- Subsecretaria de Atenção Básica = 30001.10.301.0083.2.193;
- Subsecretaria de Vigilância em saúde = 30001.10.305.0086.2.208;
- Estratégia de Saúde da Família = 30001.10.301.0083.2.194;

4.2 - As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE nº 224 - SALA 221 - CENTRO-NOVA FRIBURGO/RJ - CEP 28613-000.**

5 - CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto n.º 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE- Referente a Dívida Ativa;
- Municipal – referente ao ISS e D
- Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 - A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

5.3 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.4 - A Nota Fiscal de serviço, que corresponderá somente ao valor fixo mensal de mão de obra, deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta corrente, para que a contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

5.5 - Para o ressarcimento das peças, deverá ser apresentada fatura acompanhada das respectivas notas fiscais de compra.

5.6 - Na ocorrência de rejeição da(s) Notas(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

6 - CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666/93.

6.2 No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 - CLÁUSULA OITAVA - REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 O valor das peças será reembolsado a empresa contratada conforme sua utilização e apresentação de comprovantes fiscais de sua aquisição.

8.2 O prazo de garantia para as peças será o do fabricante; enquanto que o dos serviços será de 90 (noventa) dias a partir do atestamento da entrega dos mesmos.

8.3 O valor mensal da contratação corresponderá ao valor fixo de mão de obra equivalente ao ressarcimento dos serviços prestados pela contratada na manutenção dos aparelhos descritos no presente Termo de Referência, de acordo com as Fichas de Manutenção apresentada no mês, acrescido do valor relativo a peças, componentes e acessórios fornecidos, se houver substituição na manutenção corretiva.

8.4 Os serviços de manutenção corretiva, bem como, a substituição de peças, componentes e acessórios, somente serão executados após autorização do contratante, mediante a apresentação de orçamento prévio, onde seja discriminado o valor das peças, componentes e acessórios fornecidos. A fiscalização do contrato poderá realizar pesquisa com o objetivo de confrontar o orçamento apresentado pela empresa contratada, com os preços e condições praticados no mercado local, antes de autorizar a sua execução.

8.5 - O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva dos Equipamentos Médico-Hospitalares e de Suporte Estratégicos existentes no Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Doutor Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Vigilância em Saúde e Subsecretaria de Atenção Básica/Policlínica de Sylvio Henrique Braune e Estratégia de Saúde da Família.

8.5.1 - Os Serviços a serem contratados contemplam Assessoria especializada, Gerenciamento de Equipamentos Médico-Hospitalares e Intervenções para Manutenções Preventivas e Corretivas de Equipamentos Médico-Hospitalares com ou sem fornecimento de peças, s de baixa e média complexidade.

8.5.2 - Apresentar cronograma de atividades para os 12 meses de trabalho após início das atividades, aprovado pela Direção da Unidade. Apresentar à Gerência de Engenharia Clínica,

plano de trabalho, programas, cronogramas e rotinas de manutenção preventiva, corretiva e calibrações, apropriadas às respectivas operações, que deverão ser pactuados mutuamente.

8.5.3 - A Manutenção é compreendida como o conjunto de atividades Técnico Administrativas de natureza Preventiva e Corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas e suas partes.

8.5.4 - Considera-se Manutenção Preventiva, entre outros, os serviços de:

- a) revisão geral;
- b) fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis e garrafas externas de reservatório de água dos equipamentos;
- c) limpeza;
- d) testes, recarga, calibração (com a devida emissão do certificado, se for o caso) e lubrificação com a finalidade de evitar a ocorrência de defeitos e acidentes, bem como para garantir o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos,

8.5.5 - A contratada deverá apresentar, em um prazo de 60 dias (sessenta dias), contados a partir da assinatura do contrato, um cronograma anual para as manutenções preventivas, todas as ordens de serviços preventivas deverão ser acompanhadas dos respectivos check-lists, detalhando todos os pontos a serem verificados.

8.5.6 - Compreende-se como Manutenção Corretiva, entre outros, os serviços de:

- a) reparos para eliminar defeitos Técnicos e/ou decorrentes do desgaste natural pelo uso diário;
- b) correção de vazamentos de ar e água;
- c) incluída a substituição de peças gastas, quebradas ou inajustáveis porventura necessárias, visando restabelecer o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos;

8.5.7 - Os serviços de Manutenção Corretiva deverão ser realizados mediante requisição por escrito (Ordens de Serviço para envio de equipamento para manutenção) do Responsável Administrativo de cada Unidade de Saúde onde o equipamento esteja alocado, Responsável pelo respectivo Setor onde o equipamento esteja alocado e Fiscal do contrato, sempre com o

conhecimento do responsável pelo Patrimônio em caso da necessidade de remanejamento externo do equipamento para manutenção fora da unidade.

8.5.8 - As manutenções corretivas serão realizadas por equipes técnicas qualificadas e serão realizadas quantas forem necessárias. Independente de haver contratos com fabricantes e o representante, a critério da contratante, todo o atendimento inicial será realizado pelos técnicos da contratada e, caso seja necessário, a mesma se responsabilizará pelo acionamento de tais prestadores de serviço. Tais serviços deverão ser acompanhados por profissionais da contratada, até a solução definitiva do problema.

8.5.9 - Toda manutenção deverá ser realizada em conformidade com os órgãos reguladores e fiscalizadores (ANVISA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, INMETRO, IPEM) ou ainda conforme orientação do MINISTÉRIO DA SAÚDE e CCIH (Controle de Infecção Hospitalar do Município), com a emissão do respectivo CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO OU QUALQUER OUTRO LAUDO/DOCUMENTO necessário para apresentação aos respectivos órgãos fiscalizadores.

8.6 - DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES:

8.6.1 - Este serviço se destina a Manutenção Corretiva e Preventiva dos Equipamentos Médico-Hospitalares de forma estratégica ao bom funcionamento das Unidades, a fim de reduzir o impacto da indisponibilidade dos mesmos e ainda possuir estrutura de apoio estratégico para buscar sempre o menor impacto na prestação do serviço de manutenção dos equipamentos além de possuir peças de reposição.

8.6.2 - A empresa contratada deverá utilizar o relatório elaborado pelo Departamento de Patrimônio para o levantamento dos equipamentos, identificando informações necessárias ao gerenciamento e manutenção dos equipamentos podendo, em conjunto com o Setor, apresentar proposta de melhor adequação e compreensão aos órgãos fiscalizadores e reguladores.

8.6.3 - De posse do levantamento, a empresa deverá apresentar um Plano de Manutenção Corretiva Imediata de todos os equipamentos que se encontram danificados e/ou paralisados, após a devida manutenção deverá ser apresentado plano de manutenção preventiva continuada dos equipamentos.

8.6.4 - A Contratada deverá efetuar as ações de intervenção nos equipamentos constantes do Termo de Referência, com o objetivo de restabelecer as condições de uso preconizadas pelo fabricante.

8.6.5 - As ações às quais se referem o item anterior (intervenção) são Manutenções Preventivas e Manutenções Corretivas, descritas a seguir:

8.6.5.1 - As Manutenções corretivas de serviços reparadores com fornecimento de peças ou somente de mão de obra para restabelecimento do funcionamento DEVERÃO sempre ser realizadas através da emissão de Ordem de Serviço (OS), no interesse da Administração Pública, mediante assinatura do Responsável pelo Setor onde o equipamento esteja lotado ou ainda do Fiscal do Contrato ou da Direção Administrativa de cada Unidade;

8.6.5.2 - Os Serviços de Manutenção Corretiva dos Equipamentos Médicos Hospitalares e Estratégicos relacionados no Termo de Referência, quando solicitados deverão ser iniciados em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Serviço devidamente assinada com todas as informações pertinentes ao equipamento, Tais como: Unidade de Origem; Setor onde o Equipamento encontra-se alocado; Identificação do equipamento com o nome utilizado para cadastramento no Sistema Patrimonial; Nº do Patrimônio; Série do Equipamento; Marca; Modelo; Assinatura Legível e matrícula do funcionário solicitante do reparo acrescida de qualquer outra informação necessária a clara compreensão que possa facilitar o acompanhamento e fiscalização. A substituição de peças, quando necessárias, será por conta da contratada, utilizando para isso o valor reservado para aplicação de peças/acessórios, conforme pactuado no Termo de Referência, e somente poderá ocorrer após autorização do Fiscal do contrato, que analisará a viabilidade econômica de autorizar o conserto, tendo como parâmetro o valor do equipamento e o preço da peça, que não poderá ser superior a 30% do valor de aquisição do mesmo equipamento similar no mercado. Além disto, o Fiscal deverá verificar se o valor apresentado para as peças de reposição corresponde de fato ao valor de mercado, podendo fazer pesquisa através das mídias disponíveis.

8.6.5.3 - O tempo de reparo utilizado para restabelecimento da funcionalidade do equipamento não poderá exceder a 5 (cinco) dias úteis, qualquer prazo maior deverá ser justificado pela Contratada por escrito, mediante a necessidade do serviço/acessório.

8.6.5.4 - A Manutenção Preventiva, de ocorrência Programática, deverá ser executada conforme Cronograma de Plano de execução, ao qual será de competência da Empresa

Contratada a sua elaboração e repassada sempre com antecedência a fim de atender as reais necessidades dos setores e unidades contempladas no Termo de Referência.

8.6.5.5 - A periodicidade das Manutenções Preventivas deverá obedecer às recomendações técnicas do fabricante dos equipamentos.

8.6.6 - A CONTRATADA, ao emitir a Ordem de Serviço (OS) que deverá obrigatoriamente ser numerada, deverá identificar o Nome da Unidade onde o equipamento está lotado, Identificação Geral do Equipamento utilizando o nome cadastrado nos Anexos do Termo de Referência, Data e horário de sua abertura e a ciência pelo Responsável do Setor. O profissional que se utiliza do equipamento e que constatou o defeito inicial deverá de forma resumida apontar o sinal inicial da paralisação do equipamento, o horário que o serviço estará previsto para ser finalizado, na forma estabelecida no contrato.

8.6.7 - A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais.

8.6.8 - Executar avaliação permanente das condições de instalação dos equipamentos médico-hospitalares no que se refere a aterramento, refrigeração, proteção radiológica e iluminação, informando por parecer caso haja situação que esteja afetando a funcionalidade dos mesmos.

8.7 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

8.7.1 - A Prestação dos Serviços se dará no Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Doutor Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Atenção Básica/Policlínica Sylvio Henrique Braune e Estratégia de Saúde da Família ou outro indicado pelo fiscal do contrato por solicitação escrita da direção administrativa das respectivas unidades.

8.7.2 - Será disponibilizado espaço físico de aproximadamente 15 (quinze) metros quadrados no Hospital Municipal Raul Sertã, situado na Rua General Osório, nº 324, Nova Friburgo/RJ – Telefone (22) 2523-9000 – Ramal 238, onde a empresa deverá manter equipe técnica a que se refere o item 6.1.32, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários de 8:00hrs às 17:00hrs, para atendimento e recebimento dos equipamentos e também para a montagem de pequena bancada para conserto dos aparelhos.

9 – CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
KARLA HERDY ALMEIDA	299.089	SUPERIOR IMEDIATO
MARIZA DIAS SIQUEIRA	299.362	FISCAL TITULAR
PATRICIA SOARES CARVALHO	299.080	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ		
ANTONIO CARLOS SANT ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
JADDER COSTA QUEIROZ	111.043	FISCAL TITULAR
IDENILSON MOURA RODRIGUES	063.021	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO		
ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	SUPERIOR IMEDIATO
NÉLIO DOS SANTOS JÚNIOR	062.095	FISCAL TITULAR
JOÃO BATISTA BEZERRA	299.173	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
ALÍCIA SIQUEIRA EMERICH	063.219	SUPERIOR IMEDIATO
BRUNA DOS REIS RIBEIRO	063.220	FISCAL TITULAR
MARCELO MILER MARTINS DA COSTA	207.004	FISCAL SUBSTITUTO

GESTORES		
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.870	GESTORA TITULAR
DIANA ROQUE ECARD	063.230	GESTORA SUBSTITUTA

9.1 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
PATRICIA SOARES CARVALHO	299.080	SUPERIOR IMEDIATO
ROBERTA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	117.089	FISCAL TITULAR
KARLA HERDY ALMEIDA	299.089	FISCAL SUBSTITUTO

9.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.4 . A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato.

10.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

10.1.3 Disponibilizar à CONTRATADA cópia de todos os contratos existentes, assim como tudo que se refere aos equipamentos médico-hospitalares (contratos, comodatos, entre outros).

10.1.4 Permitir à CONTRATADA subcontratar, subempreitar, ceder parcialmente eventuais serviços objeto deste Edital, desde que a CONTRATADA tenha anuência e autorização prévia do CONTRATANTE, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.5 Nenhuma das permissões contidas no item 7.1.4 do Termo de Referência surtirá quaisquer responsabilidades civis, trabalhistas ou administrativas para a CONTRATANTE.

10.1.6 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.7 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.8 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.9 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

10.2 Das obrigações da Contratada e forma de execução do contrato:

10.2.1 - Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.2.1.1 - Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde quanto às substituições da mão de obra, quando a mesma for identificada como inadequada à prestação dos serviços.

10.2.1.2 - Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas.

10.2.1.3 - Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato.

10.2.1.4 - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

10.2.1.5 - Apresentar Profissional Técnico, que tenha disponibilidade de deslocamento para as Unidades citadas no Termo de Referência, devidamente capacitado para exercer as atividades de Gerenciamento e Assistência Técnica dos equipamentos Médico-Hospitalares.

10.2.1.6 - Dispor de um Engenheiro para Supervisão do Projeto. O engenheiro deverá ter a competência mínima designada pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), Esta exigência se adequa à necessidade da Secretaria de Saúde pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui.

10.2.1.7 - Coordenar e supervisionar ações para solução dos problemas de maior complexidade, não passíveis de reparo pela CONTRATADA, identificando caminhos para uma solução ágil e econômica.

10.2.1.8 - Cadastrar em ação conjunta com o Departamento de Patrimônio todos os Equipamentos Médico-Hospitalares disponíveis nas Unidades de Saúde, identificando em detalhes os dados dos equipamentos, sua localização física, estado operacional e seu histórico de aquisição. O cadastro do parque de equipamentos deverá ser apresentado à Diretoria das Unidades ou setor designado, dentro de um prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do contrato.

10.2.1.9 - Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado da Unidade de Saúde para conserto, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato e ao responsável pelo setor de patrimônio.

10.2.1.10 - Reduzir o tempo de parada dos equipamentos médicos, realizando uma primeira intervenção em todos os chamados técnicos emitidos pelos setores, no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro horas) a partir da comunicação da Secretaria Municipal de Saúde.

10.2.2 - A CONTRATADA deverá atender às solicitações de comparecimento para correção dos defeitos ou falhas em qualquer unidade dos equipamentos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, mantendo, inclusive, profissional em regime de sobreaviso disponível aos fins de semana e feriados para o atendimento de demandas que possam causar interrupções no funcionamento dos sistemas ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento das unidades de saúde.

10.2.3 - A CONTRATADA deverá restabelecer o funcionamento pleno do equipamento cuja manutenção fora solicitada através de Ordem de Serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do atendimento à solicitação formulada.

10.2.4 - O prazo referido no subitem 10.2.3 poderá ser ampliado caso a CONTRATADA demonstre satisfatoriamente, através de relatórios técnicos e documentações pertinentes, a necessidade de dilação de prazo para o restabelecimento do funcionamento do equipamento avaliado, e desde que aprovado pelos fiscais do contrato.

10.2.5 - Quando, por evidente necessidade, o equipamento avaliado ficar paralisado em seu funcionamento por mais de 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, deve a empresa junto a Contratante/Fiscal do contrato avaliar a disponibilização de outro equipamento de mesma natureza para substituição temporária até o restabelecimento do funcionamento do equipamento da respectiva unidade.

10.2.6 - Apresentar durante a vigência do contrato, mensalmente, Mapas de Manutenção com todos os equipamentos médicos que sofreram Manutenção corretiva e onde foi necessária a aplicação de peças, assinados e carimbados pelo fiscal do contrato e/ou direção administrativa da unidade.

10.2.7 - Executar a manutenção preventiva e corretiva dos Equipamentos Médico-Hospitalares ou qualquer outro constante dos anexos ao Termo de Referência, conforme solicitação da Direção Administrativa que venha a causar paralisação das ações de saúde, Todos os equipamentos que passarem por qualquer tipo de Manutenção deverá ser identificado através de etiqueta adesiva de boa qualidade pela empresa CONTRATADA de forma a ser possível visualizar os dados pelos órgãos fiscalizadores quando os mesmos passarem por manutenção Corretiva e/ou Preventiva.

10.2.8 - Realizar treinamentos, quando necessário, por ocasião da aquisição de novos equipamentos nas Unidades de Saúde citadas no Termo de Referência para

usuários/operadores em relação aos procedimentos funcionais dos equipamentos, visando estabelecer rotinas para aumentar a vida útil dos mesmos.

10.2.9 - Estabelecer métodos e critérios para:

- a) Recebimento de equipamentos adquiridos;
- b) Acompanhamento do ciclo de vida dos equipamentos;
- c) Suporte técnico durante o período de garantia, em conjunto com os fornecedores;
- d) Ministrar e/ ou coordenar treinamento operacional, durante e fora o período de garantia;
- e) Elaboração de rotinas com os fornecedores para realizar procedimentos de manutenção preventiva e etc.

10.2.10 - Cumprir o objeto do termo de Referência no prazo estabelecido na proposta de preços.

10.2.11 - Cumprir o objeto do Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor.

10.2.12 - Fornecer às suas expensas peças, materiais, componentes e serviços específicos, necessários ao bom funcionamento de equipamentos sob gestão nos seguintes termos:

10.2.13 - Durante os 12 (doze) meses da vigência contratual o valor máximo mensal para fornecimento de peças para manutenção corretiva dos equipamentos será de até R\$ 340.723,95 (trezentos e quarenta mil, sessenta e vinte e três reais e noventa e cinco centavos).

* Cálculo utilizado para chegar ao denominador comum para o custeio de eventual substituição de peças:

10.2.14 - Valor total dos equipamentos pertencentes ao acervo patrimonial: R\$ 19.469.941,42 (vide Planilhas emitidas pela Coordenação de Patrimônio acostadas às fls. 54/110);

10.2.15 - Valor total com a dedução de 30% referente a depreciação do acervo, ou seja, redução de R\$ 5.840.982,17, o que perfaz a monta atual de R\$ 13.628.958,86 (vide documento/planilhas emitidas pelo Subsecretário de Atenção Hospitalar às fls. 325);

10.2.16 - O valor para eventual custeio para a substituição de peças será de 30% do valor atual, a considerar as deduções acima mencionadas, o que perfaz a monta de R\$ 4.088.687,64 pelo período de 12 (doze) meses, correspondendo o valor mensal de até R\$ 340.723,95 (aproximados).

10.2.17 - Em todos os casos a necessidade da utilização de peças e componentes, será previamente comunicada com a descrição da necessidade para a prévia autorização do Fiscal do contrato, Gestor ou Direção Administrativa da Unidade de Saúde.

10.2.18 - O valor contido neste subitem irá compor o valor final do objeto, entretanto, o seu pagamento estará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, através de documento fiscal próprio.

10.2.19 - As peças, materiais, componentes ou serviços de que tratam este subitem deverão ser adquiridos pela CONTRATADA por valor praticado no mercado.

10.2.20 - Quaisquer manutenções necessárias cuja aquisição de peças e componentes ultrapassar os valores previstos no subitem 10.2.15 deverão ser justificados pela CONTRATADA com as demonstrações técnicas necessárias, demonstrando os valores e sua composição para prévia autorização dos fiscais do contrato e do Secretário Municipal de Saúde.

10.2.21 - O valor da Manutenção Individualizada, incluindo o quantitativo de peças utilizadas, não poderá ser superior a 30% (Trinta por cento) do valor atualizado do equipamento, incluído no relatório, ou ainda de um equipamento novo dentro da pesquisa de mercado.

10.2.22 - Nos primeiros 60 (sessenta) dias de vigência do contrato a CONTRATADA deverá colocar em pleno funcionamento os equipamentos estratégicos indicados pela fiscalização do contrato que se encontrem paralisados nas unidades de saúde citadas neste Termo e Referência.

10.2.23 - Nos equipamentos que eventualmente se encontrem em período de garantia os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia e mediante avaliação e autorização expressa da CONTRATANTE.

10.2.24 - Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de

24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

10.2.25 - Caso a CONTRATADA execute sem autorização os serviços a que se refere o item 10.2.22 e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

10.2.26 - Durante o prazo de garantia dos equipamentos será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

10.2.27 - A CONTRATADA, depois de realizada a Manutenção Corretiva, deverá encaminhar à Secretaria de Saúde RELATÓRIO TÉCNICO mensal de todos os equipamentos atendidos, no qual deverá constar a descrição dos serviços e do defeito apresentado, as peças substituídas, quando for o caso, bem como o tipo de bem, número de patrimônio, data do reparo e prazo de garantia, tanto dos serviços quanto das peças.

10.2.28 - A CONTRATADA, depois de realizada a Manutenção Preventiva, deverá encaminhar a Secretaria de Saúde RELATÓRIO TÉCNICO mensal relativo a todas as manutenções, no qual deverá constar a descrição dos serviços realizados.

10.2.29 - Caso a CONTRATANTE, mediante declaração TECNICA DE EQUIPAMENTO INSERVÍVEL OU OBSOLETO, venha a substituir quaisquer dos equipamentos constantes dos anexos por outro de natureza equivalente ao anterior, a CONTRATADA se obriga a executar os serviços de manutenção corretiva e preventiva obedecendo todos os critérios constantes do Termo de Referência sem aumento no valor da contratação.

10.2.30 - A contratada disponibilizará no ato da Assinatura do contrato uma equipe mínima composta por:

- 01 Profissional - Engenheiro (que será acionado quando necessário, até o limite de 70 horas mensais);
- 01 Profissional - Supervisor Técnico;
- 03 Profissionais Técnicos de Manutenção - para atuar nas unidades;

- 01 Profissional - Operacional/Administrativo;

10.2.31 - Cabe lembrar que o Engenheiro, o Supervisor Técnico e os Técnicos de Manutenção, obrigatoriamente deverão ser registrados no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e com experiência em atividades congêneres ou similares. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias ou licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas.

10.2.32 - Além dos acima especificados, ainda são deveres da CONTRATADA:

a) Fornecer à Secretaria Municipal de Saúde os nomes dos empregados autorizados a contatar com o Município;

b) Fornecer a CONTRATANTE o número de telefone celular do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

c) Comunicar, imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

d) Acatar as determinações do gestor do contrato que poderá sustar, total ou parcialmente, a realização de serviços mal executados ou sempre que considerar a medida necessária.

e) Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes).

f) Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

g) Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários;

h) Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde;

i) Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao Município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

- j) Fornecer ferramentas, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o Município;
- k) Utilizar nos equipamentos peças genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior, por ocasião da execução de manutenção corretiva;
- l) Retirar e devolver o equipamento, componente ou peça que necessite de manutenção fora das dependências do Município, no local determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, arcando com as despesas de retirada e devolução;
- m) Prestar garantia dos serviços de manutenção corretiva e das peças utilizadas nos equipamentos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses contados da data da conclusão dos reparos realizados no local ou da devolução à Secretaria Municipal de Saúde dos equipamentos retirados para conserto em oficina, independentemente da natureza do defeito apresentado;
- n) Fornecer Laudo Técnico com recomendação de encaminhamento de equipamento para baixa sempre que o mesmo for considerado de recuperação antieconômica, obsoleto por recomendação do fabricante ou órgãos reguladores e fiscalizadores;
- o) Quando da realização de qualquer manutenção corretiva a empresa deverá também fazer a manutenção preventiva dos outros componentes do mesmo equipamento a fim de otimizar o trabalho e evitar nova parada do equipamento.
- p) Atualizar periodicamente o cadastro de todos os equipamentos médico-hospitalares (EMH) disponíveis nas Unidades, identificando em detalhes os dados do equipamento, sua localização física, estado operacional e seu histórico de aquisição.
- q) Apresentar cronograma de atividades para os 12 meses de trabalho após início das atividades, aprovado pela Superintendência de Serviços e Direção da Unidade. Apresentar as Gerências das Unidades, plano de trabalho, programas, cronogramas e rotinas de manutenção preventiva, corretiva e calibrações, apropriadas às respectivas operações, que deverão ser pactuados mutuamente.
- r) Disponibilizar, durante a vigência do contrato, o cadastro do inventário atualizado (marca, modelo, no de série, patrimônio, localização, estado operacional, índice de obsolescência e data de compra), bem como lista de prestadores de serviço de manutenção preventiva e corretiva (razão social, telefone, equipamentos atendidos), lista de contratos de manutenção preventiva (data início e término, empresa, no do contrato, equipamentos cobertos

identificando o no de série e patrimônio), lista dos equipamentos inoperantes e as últimas ações adotadas para sua solução, e histórico de manutenção com os indicadores definidos no item 4.3 do Termo de Referência, para os EMH de maior custo e/ou impacto na assistência. Todos os dados deverão ser fornecidos em relatório impresso, em meio óptico (CD-R) em arquivos compatíveis com as extensões .txt, .doc ou .xls.

s) Disponibilizar, enquanto durar o contrato, um sistema informatizado para gerenciamento do parque de equipamentos médico-hospitalares que contemple, no mínimo, as seguintes informações: cadastro de equipamentos, cadastro de fornecedores e prestadores de serviço, controle das garantias de venda e de serviço, cadastro e histórico das ordens de serviço, cadastro dos contratos de manutenção, elaboração do cronograma de manutenção, preventiva dos equipamentos, emissão de relatórios gerenciais. O Sistema de Informação (SI) deverá ter interface com o usuário a fim de permitir, de modo simples, elaborar consultas à base de dados e usá-las em relatórios gerenciais, agregando dados para a elaboração de gráficos e tabelas.

t) Avaliar a consistência técnica e os custos das propostas oferecidas pelos prestadores de serviço para reparo de EMH que necessitem de manutenção/peças por rede especializada, apresentando, pelo menos, dois orçamentos para avaliação também da Superintendência de Serviços da SES setor de Engenharia Clínica.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

11.2 - Comete infração administrativa:

11.2.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.2.2 - Apresentar documentação falsa;

11.2.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.2.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

11.2.5 - Não manter a proposta;

11.2.6 - Cometer fraude fiscal;

11.2.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

11.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.4.1 - Advertência;

11.4.2 - Multa:

11.4.2.1 - compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.4.2.2 - compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

11.4.2.3 - moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.4.2.4 - moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.4.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.5 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.6 - As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

11.7 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONTA VINCULADA

18.1 - Da Conta Vinculada Para A Quitação De Obrigações Trabalhistas - Com base na Instrução Normativa 05/2017 e, em conformidade com o TAC - 001/2018, fundamentado no Decreto nº 238 de 13 de setembro de 2018. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada envolvidos na execução do contrato os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;
- e) o saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da contratada, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- f) As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este item, poderão ser destacados do valor mensal do Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da Contratada, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação.

Aviso Prévio ao término do contrato 23,33% da remuneração mensal = $(7/30) \times 100$;

* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3% referente ao grau de risco de acidente do trabalho, prevista no art.22, inciso da Lei n.º 8,212/91.

18.2 No ato da regularização da conta corrente vinculada, a empresa a ser contratada deve assinar termo específico da instituição financeira oficial que permita à Secretaria Municipal de Saúde a ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme modelo de Contrato de Conta de Depósito em Garantia – Bloqueado Para Movimentação, do Banco do Brasil.

18.3 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à Contratada.

18.4 O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

18.5 A administração realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

18.6 A Contratada poderá solicitar a autorização da Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

18.7 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a Contratada deverá apresentar à Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

18.8 A Contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da Contratada.

18.9 A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

18.10 A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de cinco dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.11 Em caso de existência saldo remanescente da conta vinculada será liberado à Contratada, no momento do encerramento do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado será devolvido a Empresa.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DOS CASOS OMISSOS.

19.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

21.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 2024.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: